

O auto-conceito sexual

Margarida Sim-Sim* & Maria Luísa Pedroso de Lima

RESUMO

Elegendo-se como assunto o auto-conceito e mais especificamente o auto-conceito sexual, procura-se um aprofundamento teórico do tema. Desenvolve-se a definição do auto-conceito e auto-conceito sexual, suas perspectivas históricas, natureza, estrutura e fontes que veiculam a sua construção. São descritos alguns modelos teóricos de auto-conceito e auto-conceito sexual diferenciando entre modelos unidimensionais e multidimensionais. Analisa-se o recente constructo de auto-conceito sexual sublinhando-se a sua importância e especificidade.

PALAVRAS-CHAVE: Auto-conceito; Auto-conceito sexual; Adolescência.

Introdução

Revelar-se para si mesmo e para os outros, é um fenómeno universal que ultrapassando o espelho, tem implicações na imagem do próprio, sendo gerador de satisfações, de inquietações, de motivações. Invariavelmente ao longo da vida questionamo-nos sobre quem somos, o que sentimos e pensamos sobre nós próprios. Esta procura permite aceder ao auto-conceito, que constituindo um núcleo central da existência, é um determinante importante no ajustamento social reflectindo-se nas atitudes e comportamentos (Veiga, 1996, Devine, Hamilton & Ostrom, 1994). Diferentes áreas do conhecimento estudam o auto-conceito, apontando Veiga (1996) como percursores na Psicologia William James e Charles Cooley e na Sociologia George Mead. Toda uma sucessão de cientistas sociais se têm debruçado sobre a temática desenvolvendo teorias e modelos interpretativos. Ultimamente, no contexto da Psicologia Social, a corrente da cognição social tem trabalhado a temática e desenvolvido conhecimentos que problematizam a sua dimensionalidade (Linville & Carlston, 1994). Se o auto-conceito é inerente à condição humana, e se todos os humanos são sexuados, poderemos olhar o constructo numa das dimensões fundamentais da existência que é a sexualidade. Como afirma Merleau Ponty (1975) definir o ser humano é usar a sua experiência, a sua maneira de representar o mundo, sendo tão incompreensível o Homem sem sexo como sem pensamento: há osmose entre sexualidade e existência (Lopez & Fuertes, 1999). Manifestada

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2º Curso de Mestrado na Especialidade de Sexologia. Lisboa 2000/2002. Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus esemss@uevora.pt

a importância da temática, é nosso objectivo estudar o auto-conceito e contextualizá-lo na sexualidade humana através da exploração do conceito de auto-conceito sexual.

Pretende-se neste estudo teórico rever a literatura mais relevante sobre o auto-conceito em sentido geral e mais especificamente sobre o auto-conceito sexual e compreender os factores que estão subjacentes na sua vivência. Uma primeira parte do trabalho explora a literatura sobre o auto-conceito no que respeita ao percurso histórico do seu estudo, as origens da sua construção, as suas funções e os modelos subjacentes à sua interpretação. Na segunda parte, reportando-nos ao auto-conceito sexual segue-se a mesma linha de estruturação.

AUTO-CONCEITO

Perspectiva Histórica e Definição do Conceito

O auto-conceito, sendo uma concepção relativamente recente, tem substracto na história da humanidade, enquadra-se no desenvolvimento dos conhecimentos sobre os factos psíquicos, considerando-se as suas raízes na procura de identidade do Homem (Hogg e Vaughan, 2002). Sensivelmente a partir do século XVI, a quietude das identidades socialmente prescritas, construídas com base nos atributos visíveis, tornou-se problemática, em presença de fenómenos sociais consecutivos como a laicização, a industrialização, a liberalização de costumes e ideias. Estes movimentos permitiram ao Homem apropriar-se progressivamente de si, libertar-se de prescrições antecipadas sobre o seu ser, facilitando a percepção da singularidade do indivíduo (Baumeister, 1999). A interpretação de si, nomeadamente na figura do auto-conceito, tem vindo a ser estudado pela Sociologia e pela Psicologia, a partir de perspectivas que lhe são inerentes, enfatizando a primeira os antecedentes das auto-concepções na medida em que privilegia a matriz da interacção social, e sublinhando a segunda as consequências das auto-concepções, especialmente relacionadas com os comportamentos (Gecas, 1982). Sensivelmente entre o final do século XIX e princípio do século XX foram introduzidas algumas teorias, desenvolvidas na Psicologia por James (1890), na Psiquiatria por Freud (1949) e na Sociologia por Cooley (1902) e Mead (1934), que no entanto tiveram uma sequência temporal descontínua. No evoluir do estudo do auto-conceito, existem momentos críticos no percurso, observando-se que algumas correntes da Psicologia manifestaram reticência na aceitação do constructo, tendo sido colocado no limbo pelos comportamentalistas, explicitamente por Watson (1913), que valorizavam sobretudo o mensurável evidente (Neto, 1998). Observa-se que na Psicologia, a referência ao início do estudo do auto-conceito é frequentemente reportada aos trabalhos de William James, quando o teórico enunciou a dualidade do self, considerando as entidades “Me” e “I” como o conhecido e o conhecedor, na representação de um processo reflexivo (Gecas, 1982). No contexto das teorias psicanalíticas as relações entre o auto-conceito e a identidade foram trabalhadas, atribuindo-se os comportamentos a uma complexidade dinâmica que estaria profundamente enraizada nos traços de personalidade. A visão que Freud (1921) possuía sobre o self, como algo privado e pessoal, era a de que a pessoa só teria conhecimento verdadeiro de si quando procedimentos particulares, tais como a hipnose ou a psicoterapia, eram realizados no sentido de revelar os pensamentos reprimidos. A ideia de auto-conceito como apoteose da individualidade foi questionada pela Psicologia

Social, defendendo-se na altura que o auto-conceito podia ser também partilhado ou colectivo. Na área da Sociologia o estudo do auto-conceito foi desenvolvido através do interaccionismo simbólico, que entendia o constructo como emergente das interacções humanas e desta forma com carácter colectivo (Hogg & Vaughan, 2002). Cerca dos anos setenta no contexto da Psicologia Social, a corrente da cognição social, revitalizou o estudo do auto-conceito. A abordagem socio-cognitiva colocou-lhe um novo ênfase, na medida em que assume três orientações básicas: a) considera os processos cognitivos como gerais e fundamentais, b) adopta o modelo de processamento de informação e c) reconhece os efeitos que conhecimentos pré-existentes podem ter no processamento de informação. Tendo identificado, na primeira metade da década de setenta o auto-conceito como um sistema de atribuições, em tempo mais recente a cognição social conceptualiza o auto-conceito em termos de esquema, protótipo, associação em rede e estrutura hierárquica. Esta visão oferece ainda, quer os constructos teóricos, quer os instrumentos para a investigação das ligações entre os processos cognitivos e as estruturas ou conteúdos de conhecimento sobre o auto-conceito (Linville & Carlston, 1994).

A definição de auto-conceito foi objecto de reflexão de diferentes teóricos e embora algumas perspectivas sublinhem mais uns aspectos que outros, existe concórdia sobre a sua construção social (Neto, 1998). Rosenberg (1979) define auto-conceito de uma maneira abrangente, referindo-o como a totalidade dos pensamentos e sentimentos do indivíduo que têm referência a ele mesmo enquanto objecto. Por outro lado a formulação de Turner (1968) envolve um sentido de continuidade espacial e temporal, um reflexo de imagem e uma identificação em termos qualitativos e avaliativos através da expressão: “typically my self-conception is a vague but vitally felt idea of what I am like in my best moments, of what I am striving toward and have some encouragement to believe I can achieve, or of what I can do when the situations supplies incentives for unqualified effort” (Gecas, 1982, p.3). Na medida em que é a base das interacções sociais, a definição de auto-conceito refere-se ao conjunto de pensamentos e crenças que se reportam ao que o indivíduo pensa que é (Baron & Graziano, 1991). Será pois o reflexo de todo o manancial de informação que foi internalizado pelo indivíduo através das interacções que realiza com os outros, não constituindo uma visão objectiva propriamente dita (Neto, 1998). Falar em auto-conceito será abarcar um vasto entendimento que se reporta ao conhecimento do próprio, particularizado em cada indivíduo, de acordo com os elementos que considera ao tomar consciência de si mesmo.

Fontes de Construção do Auto-conceito

As concepções que a pessoa possui sobre si resultam de processos complexos, podendo ser explicadas com base em diferentes origens. O auto-conceito manifesta-se através de um sistema dinâmico de definição do indivíduo, que se radica em aspectos tais como as observações e interpretações que o próprio realiza sobre o seu comportamento, as crenças que formula sobre si através das interacções com outros, as comparações que efectua entre a sua pessoa e os padrões instituídos, a validação temporal do seu próprio evoluir e ainda o referencial de pertença em contexto cultural (Baron & Graziano, 1991; Neto, 1998).

Auto-percepção

Um contributo importante para a construção do auto-conceito é a informação que o indivíduo colhe sobre si, através das observações e das deduções que realiza, centrando-se nas suas acções. Este aspecto de edificação do auto-conceito é explorado por Daryl Bem (1972) através da Teoria de Auto-percepção, considerando o autor que as pessoas fazem atribuições não só para o comportamento dos outros, mas também para o seu próprio comportamento, não existindo diferenças essenciais entre auto-atribuições e atribuições de outros (Hogg e Vaughan, 2002). A ideia fundamental desta teoria consiste na noção de que os indivíduos tendem a conhecer as suas atitudes, emoções e outros estados internos através de inferências que deles fazem, a partir das observações do seu agir e das circunstâncias nas quais os comportamentos ocorrem. A teoria de Bem desenha assim um retrato de dois selves em um, isto é, um sujeito participante e um self psicológico, sendo que o primeiro se comporta e o segundo tenta interpretar ou explicar o comportamento, exibindo o mesmo enviesamento e fazendo os mesmos erros que um cientista intuitivo (Bem, 2002). Neste sentido, diversos autores (e.g. Greenwalt, 1980) salientam que a informação obtida pela auto-percepção é frequentemente distorcida de modo a criar uma imagem positiva de si próprio, isto é, salientando os aspectos positivos e retirando importância aos negativos. Através do processo de introspecção, o reconhecimento de si focalizado em aspectos específicos e usualmente positivamente distorcidos permite desenvolver um auto-conceito ideal e conseqüentemente motivar-se para atingir determinadas metas quanto ao seu próprio comportamento (Baumeister, 1999). A teoria da auto-percepção tem implicações importantes na disponibilização intrínseca dos comportamentos da pessoa, nomeadamente no que se refere à motivação. O processo de auto-percepção pode também estar baseado na projecção imaginativa da pessoa que se predispõe a comportar-se de determinada maneira, ou seja a desenvolver auto-atribuições. O facto foi comprovado por pesquisadores (e.g. Gyn et al., 1990) tendo-se observado que a imaginação afecta a auto-concepção, que por seu lado conduz a desempenhos de maior qualidade que são consistentes com aquela auto-concepção imaginada. Este estudo revelou, que sujeitos convidados a imaginar-se como atletas, tiveram melhores desempenhos que um grupo controle, que tendo realizado o mesmo treino não se imaginou como desportista (Hogg & Vaughan, 2002). Através da auto-percepção identificam-se também as saliências das identidades que constituem um outro aspecto importante que é revelador dos traços dominantes, especialmente valorizados pelo indivíduo (Vaz Serra, 1985).

Avaliação Reflectida

O processo de avaliação reflectida (*reflected appraisal*) que consiste na percepção que a pessoa tem relativamente à forma como é vista pelos outros (Baron & Graziano, 1991) foi referido pelo sociólogo Charles Cooley em 1902, utilizando a analogia do espelho social (Neto, 1998; Smith & Mackie, 2000). Felson (1985) trabalhou a ideia de imagem de espelho em crianças mostrando que existiam correlações fortes entre a auto-classificação e a apreciação que a criança supunha que os outros tinham sobre a sua pessoa. Sugeria assim que o auto-conceito da criança seria baseado na imagem que

supõe que os outros teriam de si e não na que aqueles realmente têm. No entanto Shrauger e Schoeneman (1979) fizeram uma revisão dos estudos sobre a congruência entre a visão que temos de nós e a que os outros têm e verificaram que, embora exista uma associação entre as duas, ela é bastante fraca e identificaram factores para explicar esta discrepância. A opinião que nos é transmitida pelos outros não é a sua opinião sincera, mas aquela que as barreiras de convivência social permitem na avaliação de outrém. Através da deferência, da polidez, evita-se ferir a pessoa, omitindo avaliações negativas sobre elas. Deste modo, a informação que os outros nos transmitem de nós é sobrepositivada (Baumeister, 1999). Por outro lado, um factor presente na avaliação reflectida é a valorização do avaliador, uma vez que nem todos os elementos do envolvente possuem o mesmo peso, sublinhando-se a opinião dos significativos (Vaz Serra, 1996). As pessoas que nos são mais próximas e as que mais valorizamos seriam portanto uma importante fonte de informação acerca de nós próprios. Esta perspectiva, característica de um posicionamento teórico interaccionista simbólico, foi estabelecida por Mead (1934) no contexto dos grupos sociais onde os indivíduos se inserem, referindo que “the individual experiences himself as such not directly, but indirectly, from the particular standpoints of other individuals of the same social group, or from the generalized standpoint of the social group as a whole to which he belongs” (p.138). As apreciações reflectidas foram exploradas por Tice (1999), analisando o seu impacto no auto-conceito em contexto público e privado. Num estudo experimental, este autor mostrou que os efeitos que as avaliações de outros produzem sobre nós são internalizadas muito mais fortemente quando são observadas por outrém, do que quando ocorrem em privado. Ou seja, a pessoa tenderá a modificar mais fortemente o seu auto-conceito se existem enquadramentos interpessoais, facto que leva Tice a concluir que a apreciação reflectida pode funcionar como um espelho de aumentar. O que cada um vê em si mesmo enquanto os outros estão presentes tem um poder de impacto extra no auto-conceito.

Comparação Social

A pessoa para construir o seu auto-conceito utiliza os outros, não apenas como fonte de informação mas também como referência, posicionando-se numa hierarquia que a informa sobre as suas competências, habilidades, traços, entre outros, num processo de comparação social que foi explorado por Festinger (1954) na Teoria da Comparação Social (Neto, 1998). A perspectiva do teórico conduz para a avaliação da pessoa relativamente a outros semelhantes que possuem aproximadamente as mesmas habilidades e competências, quer no sentido de apurar as suas auto-avaliações, quer de aproximação empática ou como forma de atingir desempenhos de nível superior. Os indivíduos necessitam confiar na validade das suas próprias percepções, atitudes, sentimentos e comportamentos e na ausência de instrumentos no quotidiano real, procuram outros para a validação, nomeadamente nos grupos com os quais possuem referências (Hogg & Vaughan, 2002). O processo de comparação social é também uma fonte de construção do auto-conceito que informa a pessoa da sua singularidade comparativamente com os outros, sendo geralmente estes os aspectos que prioritariamente surgem na auto-definição de si (Smith & Mackie, 2000). Assim, a informação de quem somos seria

também uma informação relativa aos outros: não só é importante ser-se competente, é importante ser-se mais competente do que os outros. Este processo de comparação, como diversos autores também mostram (e.g. Taylor & Brow, 1988), é frequentemente enviesado e muitas vezes escolhemos alvos de comparação que nos permitem melhorar a auto-estima: comparação por baixo, isto é, com pessoas em situações pior que a nossa (Smith & Mackie, 2000; Taylor & Brown, 1988) e comparação com o alvo imaginário da “pessoa média” (Weinstein, 1980; Perloff & Fetzer, 1986). A comparação com os outros não é feita apenas para destacar a nossa singularidade, também nos comparamos para salientar as nossas semelhanças. O chamado efeito de falso consenso ilustra este fenómeno, particularmente relevante para traços menos positivos. Existe pois a tendência para assumir que as outras pessoas concordam com os nossos valores, opiniões ou práticas (Baumeister, 1999). Este facto explica porque os toxicodependentes, tomados de maneira geral, exibem comportamentos defensivos quando questionados sobre a sua adição, pois no seu entender o consumo é um assunto de somenos importância uma vez que é frequente (Neto, 1998).

Comparação Temporal

A historicidade do indivíduo é um facto que o leva a construir o seu auto-conceito reportando-se ao paralelo entre o seu passado e presente. Os aspectos evolutivos do auto-conceito são explorados na Teoria da Comparação Temporal de Albert (1977) citado por Neto (1998). As pessoas olham a vida em retrospectiva, comparando e realizando balanço sobre as situações em causa e se o balanço é favorável, o seu auto-conceito robustece-se. Por outro lado, os outros são também uma fonte de informação de comparação temporal para nós, na medida em que nos dão informações sobre o nosso percurso de vida valorizando-o ou desvalorizando-o. Nos idosos, a comparação temporal pode influenciar a auto-estima, especialmente se existe debilidade ou doença (Baron & Graziano, 1991). É possível verificarem-se distorções na comparação temporal, quer por incapacidade de recordar, quer por rejeição à recordação. O facto é que a comparação temporal está estreitamente relacionada com a memória, que é limitada. As distorções são também devidas à capacidade das pessoas em reescrever a sua história de maneira apropriada. Ross e McFarland (1988) chamaram às pessoas que manipulam desta forma o seu auto-conceito “historiadores revisionistas” (Neto, 1998; Baron & Graziano, 1991).

Referencial de Pertença a Grupos em Contexto Cultural

Existir como ser único e simultaneamente como membro de grupo parece ser importante na definição da pessoa. A Teoria da Identidade Social de Tajfel e Turner (1979) sublinha que o fenómeno de pertença ao grupo é extraordinariamente importante para a construção do auto-conceito (Neto, 1998). Estes autores distinguem entre identidade pessoal e identidade social, que seriam os atributos do auto-conceito que são derivados da pertença aos diversos grupos sociais. Esta teoria recupera assim aspectos da perspectiva de Mead sobre o self e os grupos. No entanto reconhece também que a interiorização dos atributos grupais no auto-conceito está dependente, quer do valor do

grupo para o indivíduo, quer do valor social do grupo, isto é, se é um grupo socialmente valorizado ou desvalorizado, se o poder social que tem é estável ou instável, legítimo ou ilegítimo. Por exemplo Cinnaldi et al (1979) mostraram que os estudantes de uma universidade americana usavam mais vezes as camisolas da universidade e se referiam à sua equipa mais vezes como “nós” quando a equipa da sua universidade ganhava do que quando perdia. Um outro aspecto de que depende a integração dos atributos do grupo no auto-conceito é a cultura em que se inscreve. Markus e Kitayama (1991) mostraram que o auto-conceito é construído de maneira predominantemente independente nas culturas ocidentais e de forma interdependente nas culturas não ocidentais tais como a asiática (Neto, 1998). A perspectiva dos autores supracitados, ao considerar um auto-conceito de carácter individualista enraizado nos ocidentais e um auto-conceito de carácter colectivista presente nos asiáticos, remete para a discrepância visível entre Ocidente-Oriente quanto à influência da instabilidade das relações sociais. Este aspecto é sublinhado por Neto (1998), referindo que se as culturas variam na compreensão do self, não se pode conceber a universalização dos estudos para as culturas não ocidentais.

Funções do Auto-conceito

O auto-conceito possui três funções essenciais que se enraízam nas experiências humanas universais: 1) função de consciência reflexiva, na medida em que faz inferências sobre o conhecimento, a consciência e a avaliação de si, 2) função relacional pois interage através da auto-apresentação em variados contextos interpessoais e 3) função executiva pois, não sendo passivo, possui capacidade de realizar escolhas, de controlar-se, de defender-se (Baumeister, 1999).

Função de Consciência Reflexiva

A consciência reflexiva refere-se à capacidade da pessoa olhar-se a si mesma e colher informações a seu respeito através da auto-consciência, do auto-conhecimento e da auto-estima, interpretando-se. A auto-consciência, estudada por Duval e Wicklund (1972) é um estado não permanente, fomentador de introspecção, no qual a pessoa é conhecedora de si mesma como objecto, fornecendo o paralelo comparativo entre o que se é e o que se deseja ser (Hogg & Vaughan, 2002). Ainda que as pessoas sejam imperfeitas e exista alguma clivagem, se o desajuste é grande pode ter consequências motivacionais e emocionais desagradáveis, que por seu lado levam ao desejo de aproximação entre o real e o ideal, ou por outro lado a extremos de ansiedade (Baumeister, 1999). Fenigstein, Scheier e Buss (1975), estudando a auto-consciência, desenvolveram uma escala identificadora dos níveis de auto-consciência privada e de auto-consciência pública (Baron & Graziano, 1991), referindo-se a primeira aos sentimentos, pensamentos e atitudes a que só o próprio tem acesso, produzindo os comportamentos referentes aos padrões internalizados e orientando-se a segunda para a apresentação aos outros de maneira positiva (Hogg & Vaughan, 2002). Craver e Scheier (1981) consideraram também que o contexto situacional pode influenciar a caracterização da auto-consciência. Exemplificam os autores o aumentar da atenção no self privado, por exemplo na audição

da gravação da sua voz, ou por outro lado, o aumentar da atenção no self público, na situação de estar perante uma audiência (Baron & Graziano, 1991). O auto-conhecimento oferece a aprendizagem sobre o próprio, existindo três tipos de motivações para a busca deste conhecimento: a) motivo de apreciação, para diagnóstico dos traços pessoais e respectiva qualificação b) motivo de consistência, que permite a ratificação das opiniões sobre si num processo de auto-verificação que privilegia a informação consistente e c) motivo de realce, que busca informação, no desejo de ver-se favoravelmente, encontrando formas de rejeição a dados desfavoráveis pré-existentes. Os motivos subjacentes ao auto-conhecimento garantem fontes de conflito e estratégias de protecção (Baumeister, 1999). A auto-estima representa a tentativa que as pessoas desenvolvem para se auto-considerarem favoravelmente para possuírem uma imagem positiva de si. Reflete a avaliação que o próprio faz, sendo a parte afectiva do auto-conceito (Vaz Serra, 1986; Smith & Mackie, 2000). Uma das áreas em que a auto-estima exerce efeitos mais poderosos é a que diz respeito às reacções a aspectos relevantes do auto-conceito. As pessoas que possuem uma auto-estima baixa têm necessidade de maior realce social (Campbell, 1999), e como são mais flexíveis e maleáveis são mais fortemente afectadas, do que as pessoas com elevada auto-estima, pela persuasão e influências exteriores (Baumeister, 1999).

Função Relacional

A função relacional do auto-conceito refere-se à construção de redes de interacção com o envolvente, através da auto-apresentação. Reporta-se ao que é veiculado pela pessoa, ou seja à gestão das impressões (impression management), consistindo no processo das pessoas controlarem a forma como querem ser percebidas e avaliadas pelos outros (Leary, Tchividjian & Kraxberger, 1999). Em esforço de controlo e informação sobre si mesma, a pessoa revela-se com o objectivo de oferecer aos outros uma imagem própria conveniente, que no entender de Goffman (1959) varia de acordo com a audiência (Baumeister, 1999). Os motivos de auto-apresentação possuem duas formas distintas, nomeadamente motivos estratégicos e motivos expressivos. Os primeiros, de acordo com Jones e Pittman (1982) pretendem manipular o envolvente com intenções ulteriores de insinuação (ingratiating), de autopromoção, de intimidação, de exemplificação e de súplica (Neto, 1998). Os motivos expressivos ou deliberativos por outro lado exprimem ganhos no auto-conceito, uma vez que se reportam a padrões e valores que o próprio apresenta como seus, com intenção de criar impressões particulares favoráveis, ainda que não sejam coincidentes com o que o envolvente espera. Na função relacional do auto-conceito, o movimento é em dois sentidos, facto que leva as pessoas a relacionarem-se connosco de acordo com a percepção que possuem de nós (Hogg & Vaughan, 2002; Baumeister, 1999).

Função Executiva

A função executiva do auto-conceito revela-se na capacidade em ter responsabilidades, fazer selecções e controlar, em processo de auto-regulação. O auto-conceito

regula-se, tentando mudar estados emocionais, melhorando desempenhos ou resistindo a impulsos que são validados negativamente. A motivação para o controle está tão bem estabelecida como a motivação para a auto-estima, sendo mais benéfica e adaptativa. O facto é visível nas pessoas em crise de stress quando a função de controle do auto-conceito fica enfraquecida, conforme comprovaram Glass e Singer (1972). Por outro lado, de acordo com Taylor (1983), a recuperação de situações problemáticas é facilitada quando as pessoas conseguem atingir um sentido de controlo, ainda que ilusório. A recusa em exercer controlo verifica-se nas situações que ultrapassam as potencialidades sentidas pela pessoa, uma vez que trazendo ansiedade e responsabilidades excessivas, não são suficientemente gratificantes quanto ao investimento a fazer. A auto-regulação é um aspecto central e durável da personalidade, dependendo da própria monitorização ou vigilância do auto-conceito. A auto-vigilância inclui a manutenção de sinais e a comparação com os padrões desejáveis. Poderão surgir falhas na auto-regulação por diversas razões, nomeadamente em situações de angústia, quando as pessoas perdem o seu auto-controlo e entram em desordem, facto que é agravado quando os padrões são confusos ou conflituosos (Baumeister, 1999).

Auto-esquemas

A informação sobre o próprio necessita estar organizada para que flua nos momentos de inquirição. As figuras psicológicas para este processo são os auto-esquemas, que são no entender de Markus (1999, p. 124) “cognitive generalizations about the self, derived from past experience, that organize and guide the processing of self-related information contained in the individual’s social experience”. O papel do esquema neste processamento de informação, é o de examinar as ligações entre o auto-esquema e as referências empíricas específicas, de maneira selectiva e eficaz, onde a memória tem uma posição importante. O auto-esquema é assim a colecção dos auto-conceitos que permite a generalização sobre o entendimento que o indivíduo possui da sua pessoa, e que oferece a organização e orientação da informação de si mesmo (Neto, 1998). Caracteriza-se por um sentido unificador do auto-conceito, que revela a singularidade do indivíduo e o caracteriza, através dos atributos que, em processo reflexivo a pessoa lhe reconhece (Smith & Mackie, 2000). O resultado, é o produto da categorização repetida e da avaliação resultante da auto-apreciação que redundam em ideias diferenciadas na concepção de si e oferece um modelo que pode ser usado como base para julgamentos futuros, decisões, inferências ou predições sobre o auto-conceito (Baron & Graziano, 1991; Markus, 1999). Desta forma, o indivíduo que se identifica com determinada característica terá uma resposta mais rápida nesse aspecto incorporado, facto que conduz a certo nível de estabilidade do auto-conceito, e rejeitará mais rapidamente o que lhe é inconsistente (Markus, 1999). A pessoa torna-se como que um “expert”, com probabilidade de possuir mais informação, de realizar julgamentos mais sofisticados sobre os outros constituindo como que dimensões de alerta que surgem rapidamente e são úteis nas interações (Baumeister, 1999). A figura psicológica dos auto-esquemas conduz para uma interpretação de auto-conceitos múltiplos, que existindo em “nós”, são activados de acordo com os contextos específicos. Assim as pessoas são esquemáticas em determinadas dimensões e não esquemáticas noutras, facto que leva a sofrer impactos

mais ou menos negativos de acordo com a valorização dos auto-esquemas. Uma outra perspectiva dos auto-esquemas é dada por Higgins (1987) através da Teoria da Auto-discrepância, tendo enunciado três tipos de auto-esquema: a) actual, representando o que a pessoa é na actualidade, b) ideal, o que a pessoa desejaria ser e c) moral, o que a pessoa crê que deveria ser (Hogg & Vaughan, 2002).

MODELOS DE AUTO-CONCEITO

Dimensionalidade do Auto-conceito

Um debate recorrente no estudo do auto-conceito prende-se com perspectivas diferentes que defendem a sua unidimensionalidade ou a sua multidimensionalidade. Os modelos unidimensionais constituíram uma primeira visão. Reflectiam essencialmente a pesquisa relacionada com a auto-estima, considerando um auto-conceito global. Rogers (1951) possuía esta visão (Linville & Carlston, 1994). Por outro lado, James (1890) foi o precursor da visão de múltiplos selves identificando três componentes distintos no self conhecido: o self material, o self espiritual e o self social (Neto, 1998; Devine, Hamilton & Ostrom, 1994), antecipando-se desta forma a multiplicidade do auto-conceito, quer no que respeita a facetas e respectiva hierarquia, quer no que se refere a identificação de dimensões.

Modelo Unidimensional

O modelo unidimensional de auto-conceito de Rogers (1982), sublinha a relação entre a congruência versus a incongruência do sujeito que vive a experiência, partindo de uma concepção total da pessoa (Byrne & Kelley, 1981). Para Rogers a parte mais importante do mundo individual consiste na percepção do self, representando o motivo fundamental para o desenvolvimento em processo de actualização. Para este teórico, o auto-conceito e os valores são adquiridos nas interações com outros significativos desde tenra idade, sublinhando que a qualidade das interações tem consequências importantes sobre a estrutura do self. É a partir dos julgamentos de que a criança é objecto que se vão formando as percepções sobre o próprio. A inconsistência das apreciações entre nós e os outros, pode conduzir a distorções e desajustamentos na personalidade. É universal a necessidade de uma auto-consideração positiva, sendo desenvolvida a partir da apreciação dos outros em movimento reflexivo. Pode verificar-se contudo algum grau de incongruência entre as vivências pessoais e os valores apreendidos, facto que leva a desajustamento entre auto-conceito e experiência percebida. As situações de ansiedade, de comportamentos aberrantes relativamente ao padrão, são manifestações de desorganização da estrutura pessoal por incongruência entre o self e a experiência. O desajustamento tem a possibilidade de reverter-se se a pessoa recebe apoio incondicional de outrém, por exemplo dos significativos. Para Rogers, no indivíduo bem ajustado existe grande aproximação entre a) as atitudes básicas sobre o self, b) a experiência consistente com o auto-conceito percebido e c) experiência que é inconsistente com o auto-conceito e que simultaneamente se defende de distorção (Byrne & Kelley, 1981). A visão do auto-conceito de Rogers salienta a sua unidade e consistência.

Modelo de Associação em Rede

Uma outra perspectiva salienta a existência de diversas dimensões no self. É exemplo actual deste modelo múltiplo o apresentado por Higgins (1987) que diferencia três domínios e duas perspectivas. Os domínios são o self real, o self ideal e o self moral: o que somos, o que gostaríamos de ser e o que deveríamos ser. As perspectivas seriam 1) do próprio e 2) dos outros significativos. A combinação dos domínios e das perspectivas permite encontrar seis tipos básicos do estado do self: actual/próprio, actual/outros, ideal/próprio, ideal/outros, moral/próprio, moral/outros. No entender do autor os primeiros dois (actual/próprio e actual/outros) constitui o que é tipicamente denominado auto-conceito pessoal, enquanto que os últimos quatro estados do self representam os padrões ou guias pessoais. Esta representação permite a instalação de alguma incongruência no auto-conceito (Higgins, 1999). A multiplicidade dos selves prende-se com a sua visão como esquema, enquadrados nos modelos de associação em rede. Os traços essenciais da pessoa, as características, os comportamentos e toda a restante informação que auto-define a pessoa está em associação organizada em redor de domínios conceptuais. Nesta visão os auto-conceitos coexistem e são activados quando as pessoas se questionam em determinados aspectos, facto que provoca a reacção dos “nós” correspondentes na sua memória (Linville & Carlston, 1994).

O AUTO-CONCEITO SEXUAL

Perspectiva Histórica e Definição do Conceito

O conceito de si como ser sexual tem vindo a ser trabalhado ao longo do tempo por vários teóricos. A teoria psicanalítica desenvolvida por Freud, considerou a importância, desde o nascimento, dos componentes sexuais no desenvolvimento psicossocial do indivíduo e revelou ligações entre a sexualidade e a identidade (Menezes, 1990). Reich (1945) aproximava a liberdade, da saúde sexual, considerando que as reformas politico-sociais seriam impossíveis sem libertação sexual. Opondo a sexualidade ao poder, nomeadamente ao poder parental, reconheceu a sexualidade na infância e sublinhou a importância da satisfação das manifestações sexuais adolescentes (Giddens, 1996). Por outro lado Kinsey (1948) identificou os tipos de orientação sexual (de exclusivamente heterossexual a exclusivamente homossexual), que reportando-se ao direccionamento do desejo sexual humano e negando a prescrição social tradicionalmente pré-determinada, permitem a auto-definição sexual (Lopez & Fuertes, 1999). Uma outra categorização de orientação sexual foi desenhada por Klein (1978) onde se pode encontrar a reflexividade inerente à auto-identificação sexual (Menezes, 1990). Foucault (1976) reconheceu a sexualidade como uma construção social retirando-lhe a exclusividade biológica (Giddens, 1996), facto que abrange a identificação com a masculinidade ou a feminilidade, que se começa a construir com a atribuição de género ao nascer (Bancroft, 1989), ou seja ao veicular do auto-conhecimento referenciado ao sexual. Em tempos mais recentes, no âmbito da socialização do indivíduo, a erotofobia-erotofilia (Fisher, Byrne, White & Kelley, 1988), entendida como uma dimensão da personalidade, foi identificada como uma disposição para responder a contextos sexuais de maneira mais ou menos positiva. As relações entre o auto-conceito e a sexualidade foram enunciadas por Giddens (1990),

que introduz a ideia de “sexualidade plástica”, descentrada das funções reprodutivas, podendo ser moldada como uma característica da personalidade estreitamente ligada ao self. O autor considera a sexualidade como um elemento maleável do self, um ponto de ligação essencial entre corpo, auto-identidade e normas sociais (Giddens, 1996). Estas considerações vão ao encontro da definição de auto-conceito sexual de Winter (1988), na medida em que o considera mais como uma característica psicológica pouco profunda do que como uma disposição estável da personalidade, podendo ser influenciado pela experiência. Para Winter (1988) o auto-conceito sexual consiste na avaliação que o indivíduo realiza sobre os seus próprios sentimentos ou acções sexuais. Outras definições de auto-conceito sexual (e.g. Anderson & Cyranowski, 1994) são conotadas com o auto-esquema sexual, dizendo respeito a estruturas cognitivas relacionadas com aspectos sexuais do self que derivam de experiências anteriores, mostram a natureza das experiências correntes da pessoa, guiam-na no exercício da sua sexualidade e possuem um papel importante no processamento de informação sexualizada (Snell, 2001). O autor em estudo anterior (Snell, 1994), identifica aspectos do auto-conceito sexual associados à sexualidade, nomeadamente a consciência sexual, a assertividade sexual, controle sexual, verificando-se que estão positivamente associados com a extensão e a variedade das histórias pessoais de experiências sexuais (Snell, 2001). O auto-conceito sexual descreve assim o que nós pensamos sobre sexo, como nós nos sentimos em relação a actos sexuais.

Fontes de Construção do Auto-conceito Sexual

O reconhecimento da pessoa como ser sexualizado foi durante muito tempo relegado para a adultícia. Às crianças era negada a capacidade da percepção de si como ser sexual, uma vez que seriam os aspectos procriativos e eróticos as justificações para as funções sexuais. Assume-se actualmente que a sexualidade é algo presente ao longo do ciclo vital manifestando-se de formas diferentes (Lopez & Fuertes, 1999). Pensar nas fontes de construção do auto-conceito sexual é reflectir sobre as origens das concepções de si como ser sexual relacionando-as com o próprio e o envolvente.

Auto-percepção Sexual

No âmbito da auto-percepção sexual do indivíduo, a informação que a pessoa colhe sobre si, exige a atribuição de significados sexuais, uma vez que o comportamento só é sexual se assim for entendido pela pessoa (Menezes, 1990). Contextualizando a Teoria de Auto-percepção de Bem (1972) no auto-conceito sexual poderemos dizer que a pessoa fará atribuições quanto às suas atitudes, emoções e outros, a partir das inferências relativas ao seu agir sexual. A auto-percepção sexual permite o reconhecimento do sexo, da identidade sexual, da orientação sexual, entre outros (Lopez & Fuertes, 1999). Por exemplo o facto de a pessoa possuir inconsistência na sua auto-percepção sexual, leva à não previsão antecipada de encontros sexuais, à não utilização ou utilização incorrecta dos métodos contraceptivos (Winter, 1988; Menezes, 1990; Zupian, 1993). De acordo com Mosher (1966, 1985) o facto de não existir reconhecimento do

próprio como ser sexual pode levar à culpa e negativização das práticas auto-eróticas (Zapian, 1993). Um estudo de Garcia (1999) mostra que a auto-percepção sexual é diferente de acordo com o género. Nesta pesquisa os homens auto-definem-se como mais experientes, mais reactivos e mais dissidentes que as mulheres, enquanto que estas se definem como mais sexualmente atractivas e românticas. A auto-percepção sexual é um factor importante do auto-conceito, pois através do processo introspectivo, motiva para a interpretação do próprio como ser sexual, influenciando sentimentos, atitudes e comportamentos sexuais.

Avaliação Sexual Reflectida

A percepção que a pessoa tem relativamente à forma sexualizada como é vista pelos outros é importante para a definição do seu auto-conceito sexual. A receptividade da informação colhida sobre si, depende da credibilidade que o indivíduo confere ao avaliador (Shrauger & Schoeneman, 1999). Assim, o avaliador deve possuir características determinadas para que a avaliação sexual reflectida tenha validade para a pessoa em questão. Apesar de os pares serem em termos gerais, os mais representativos na aquisição de informação sobre sexualidade, a imagem de ser sexualmente activo pode ser mais gratificadamente reconhecida pelos pais do que pelos amigos. Num estudo realizado por Jorgesen e Sonstegard (1984) verificou-se que as raparigas tendiam a usar mais consistentemente a contracepção nas situações em que as figuras parentais aprovavam e desejavam este comportamento, ficando em segundo plano a opinião dos amigos. Existia assim motivação para corresponder à imagem que supostamente os pais teriam delas como sexualmente activas (Menezes, 1990). O valor atribuído ao avaliador, influencia também as modificações na avaliação reflectida (Shrauger & Schoeneman, 1999). Numa pesquisa realizada por Cowley e Farley (2001) o maior predictor das atitudes das adolescentes quanto à possibilidade de gravidez era a sua percepção quanto ao desejo ou rejeição do namorado de ter um bebé. Sugere assim o estudo que a avaliação da imagem de si como grávida seria determinada pela aprovação que supunha no parceiro afectivamente significativo. Por outro lado Eagly e Acksen (1971), afirmam que as pessoas modificam mais as suas auto-percepções quando a informação que colhem sobre si é negativa do que quando é positiva e quando eles sentem que serão colocados à prova nesse atributo (Shrauger & Schoeneman, 1999). Neste contexto poderemos pensar na sociedade sexofóbica que entende o prazer sexual negativamente, restringindo-o à procriação, e nos conflitos que as pessoas sexualmente activas sem intenções reprodutivas podem sentir. A avaliação sexual reflectida destas pessoas pode chegar à negação de factores de protecção para doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na medida em que têm obstáculos para estas vivências (Zapian, 1993).

Comparação Sexual Social

A consequência da socialização sexual é o desenvolvimento de identidades e de avaliações realizadas pelo próprio no âmbito das interacções recíprocas e íntimas (Longmore, 1998). A opção por riscos sexuais pode relacionar-se com a construção do

auto-conceito sexual, na medida em os auto-esquemas mais centrais das pessoas decretam os comportamentos aplaudidos. Por exemplo, uma mulher que se veja a si mesma como aventureira ou sexualmente audaciosa e valorize esta forma de estar, entra mais facilmente em comportamentos sexuais de risco, como ter múltiplos parceiros, do que uma outra que se veja a si mesma como cautelosa e conservadora. Se o auto-conceito sexual resulta do produto entre a experiência individual e as inferências retiradas da comparação social é um factor motivacional importante que pode levar, com intenções de suplantarem os outros, a comportamentos críticos (Breakwell & Millward, 1997). Na comparação sexual social, o efeito de falso consenso reportado ao auto-conceito sexual pode trazer problemas, nomeadamente aos adolescentes sexualmente activos. Pesquisas realizadas por Gross e Miller (1993) e por Suls, Wan e Sanders (1988) mostraram que o falso consenso é mais alto para os comportamentos considerados maus, como o não uso de preservativo do que para os comportamentos considerados bons, como o uso deste método (Whitley, 1998). Por outro Marks e Miller (1987) afirmam que as pessoas com baixa auto-estima exibem a necessidade um elevado falso consenso (Whitley, 1998).

Comparação Sexual Temporal

A idade é um aspecto importante a ter em conta no estudo do auto-conceito sexual. Winter (1988) verificou no seu estudo que os sujeitos mais velhos possuíam um auto-conceito sexual mais elevado que os mais novos. Na medida em que as pessoas com o evoluir da idade seguem caminhos diferentes, têm uma maior opção de escolhas sexuais e diversificam as suas experiências, os adultos diferenciam-se sexualmente muito mais entre si do que as crianças. O avançar da idade faz as pessoas confrontarem-se com perda da imagem juvenil e atractiva, com relações rotineiras, com medos de incapacidade de resposta sexual fisiológica, com convenções sociais proibitivas para os mais idosos (Lopez & Fuertes, 1999), factos que levam as pessoas a rememorarem experiências passadas e a fazer comparações consigo mesmas. O auto-conceito sexual centra-se em aspectos que são diferentemente valorizados ao longo da vida, podendo a pessoa recontar a sua história sublinhando por exemplo a intimidade sexual, a capacidade de partilha com o parceiro e desvalorizando o físico, ou seja os auto-esquemas sexuais tornam-se mais diversificados. Para os mais idosos a comparação temporal pode trazer o sublinhar de perdas de capacidades sexuais que se prendem com o estado de saúde geral e levar a baixa de auto-estima sexual (Baron & Graziano, 1991).

Referencial de Pertença Sexual a Grupos em Contexto Cultural

A pertença a grupos influencia o auto-conceito sexual na medida em que os padrões sociais são orientadores da sexualidade. No entanto existe alguma incongruência quanto à aprovação dos comportamentos sexuais, facto que pode ser conflituoso para o desenvolvimento do auto-conceito sexual especialmente em adolescentes. Por um lado existe grande pressão no grupo de pares para que se tornem sexualmente activos, por outro lado a pressão para adiar o primeiro encontro sexual por parte das figuras parentais é

geralmente a regra. A questão é que quer os pares, quer os pais, são significativos e a aceitação e aprovação de ambas as figuras são fundamentais (Menezes, 1990), fornecendo elementos para a construção do auto-conceito em contexto sexualizado. O ambiente cultural em que se constrói o auto-conceito sexual parece ser determinante, especialmente se há controle social apertado. Um estudo de Hillier, Harrison e Warr (1998) mostrou que o acto de adquirir preservativos em cidades pequenas é uma actividade pública da qual as raparigas sexualmente activas se defendem pois receiam as reacções dos outros. Desta forma a construção do seu auto-conceito sexual é limitado pelas opiniões que outros possam ter delas, ainda que de facto desejem proteger-se dos riscos inerentes ao sexo inseguro. Também neste contexto, tendo como referência o género, as imagens sociais de masculino e feminino, definindo estereótipos, podem influenciar a construção do auto-conceito sexual. Amâncio (1994), revendo estudos sobre as imagens de género, encontra as mulheres representadas como mais passivas e os homens como mais activos, conotando aquelas com mais características negativas. É importante considerar o género quando se estuda o auto-conceito sexual, como sublinha a pesquisa de Breakwell e Millward (1997). Neste estudo observou-se que a maneira como o auto-conceito sexual está estruturado e a forma como se relaciona com os comportamentos de risco é diferente entre homens e mulheres. Nos rapazes as dimensões socio-emocionais são distinguidas dos aspectos relacionais, enquanto nas raparigas são facetas integradas do seu auto-conceito sexual. Por outro lado, a sociedade transmite e reforça o duplo padrão sexual, atribuindo expectativas diferentes, de acordo com papéis sexuais, características psicológicas e comportamentais, que se definem adequadas ao sexo do indivíduo (Vaz, 1996), facto que fomenta o auto-conceito sexual nos rapazes, negatizando-o nas raparigas. Os papéis sexuais tiranizam o retracto social-sexual precocemente, atribuindo traços de dominação masculina e subordinação feminina (Almeida, 1995). Paradoxalmente porém, enquanto se valoriza nas mulheres as atitudes passivas, também se valoriza a sua apetência para a sedução intocável. As raparigas que planeiam relacionamentos sexuais e se preparam (usam contracepção) são geralmente consideradas negativamente, enquanto que aquelas que não planeiam o relacionamento sexual são consideradas como acertadas privilegiando a imagem tradicional de ingenuidade (Menezes, 1990). Estes factos, podendo gerar rejeição à contracepção, como algo negativo ou a adiar, não facilitam o desenvolvimento de auto-conceito sexual. Não é de estranhar por isso que estes e outros factores similares, levem a que na maior parte das pesquisas o auto-conceito sexual dos rapazes seja mais elevado que o das raparigas.

Funções do Auto-conceito Sexual

Seguindo a mesma estruturação que utilizámos para descrever as funções do auto-conceito apresentamos as suas funções em contexto sexualizado, uma vez que não nos foi possível encontrar literatura específica sobre funções do auto-conceito sexual. Partimos das funções identificadas (Baumeister, 1999) e realizamos analogias com estudos relacionados com a sexualidade humana.

Função de Consciência Sexual Reflexiva

Atribuir a si mesmo determinadas características sexuais, implica um intercâmbio entre a aprendizagem dos factos sexualizados e a informação oferecida pelos outros, permitindo à pessoa auto-classificar-se sexualmente. Através do auto-conhecimento sexual a pessoa motiva-se para diagnosticar os seus traços sexuais, procura consistência das suas opiniões, assim como procura informações sexuais favoráveis sobre si. O desenvolvimento psicosexual, oferece-lhe um manancial de informação sobre a identidade de género, os papéis sexuais, a preferência do objecto sexual, a disposição para agir e os valores em contextos sexuais, entre outros (Menezes, 1990), informação essa que é trabalhada pela pessoa reconhecendo-a como válida para si mesmo ou recusando-a. Alguns problemas se colocam quando há incapacidade de aceitar a sexualidade como parte integrante da auto-imagem, uma vez que é negado ao próprio o reconhecimento desta dimensão humana, ou se é aceite tem conotação negativa. As atitudes e emoções negativas relativamente ao sexo foram estudadas por Mosher (1965) definindo o autor como culpa sexual o que é sentido pelas próprias pessoas que experimentam o factos sexuais (Janda & O'Grady, 1980). No entanto a classificação de Mosher e Vonderheide (1985) sobre mulheres contraceptoras seguras (e.g., utilizadoras de métodos não dependentes de coito) e contraceptoras em risco (e.g., utilizadoras de métodos dependentes de coito) não é reconhecida por Zapian (1993), referindo este autor que o auto-reconhecimento sexual positivo se baseia na consciência clara da actividade sexual em termos de prazer, afecto e fecundidade. Por outro lado a auto-consciência sexual como estado fomentador de introspecção entre o que a pessoa é e o que deseja ser em termos sexuais, é problematizada, de acordo com o género, pela imagem colhida no envolvente. Afirma Millward (1993), que ser feminina e simultaneamente sexual é uma contradição em muitas culturas (Breakwell & Millard, 1997), verificando-se que a imagem do masculino é exactamente o inverso (Menezes, 1990). Desta forma a função de consciência sexual reflexiva do auto-conceito sexual parece ter um caminho mais facilitado para os homens do que para as mulheres. Uma outra função de consciência reflexiva do auto-conceito sexual é a auto-estima. Os trabalhos de Zapian (1993) sobre a gravidez não desejada na adolescência e juventude mostram que a níveis mais baixos de auto-estima correspondiam usos mais precários de contracepção. Poderemos então afirmar que a função reflexiva do auto-conceito sexual influencia as formas como as pessoas se vêem, a consciência que possuem de si, e o nível de auto-estima com que vivem a sua própria sexualidade.

Função Relacional Sexual

O relacionamento sexual entre as pessoas não se reporta apenas ao acto de coito propriamente dito. Através da auto-apresentação em contexto sexualizado a pessoa tem oportunidade de criar redes com o envolvente e controlar os aspectos sexuais que deseja percebidos e avaliados pelos outros, no âmbito da sua própria sexualidade. Por exemplo, os motivos estratégicos e os motivos expressivos de auto-apresentação sexual podem condicionar a selecção dos diferentes tipos de contraceptivos a adquirir. As dificuldades encontradas por raparigas adolescentes na aquisição da contracepção foram trabalhadas por Herold (1981) observando-se que existia uma maior dificuldade para a obtenção de

preservativos ou espermicidas, perante o farmacêutico conhecido e o médico de família, do que de contraceção oral combinada. A justificação provável para os resultados encontra-se no facto de que adquirir a pílula não significa em absoluto ser sexualmente activo, facto que aos olhos dos outros pode ser mais aceitável, pois o uso de preservativo está socialmente associado a encontros ocasionais ou a ser sexualmente activo. Também as figuras com as quais interagem (médico e farmacêutico) sendo conhecidas poderiam denunciar a situação aos pais, facto que as raparigas desejariam evitar (Herold, 1981). Estes factos influenciando o auto-conceito sexual podem levar a resultados comprometedores no futuro da pessoa, onde a gravidez indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis têm particular relevância.

Função Sexual Executiva

Realizar escolhas, tomar decisões e responsabilidades, iniciar e inibir comportamentos, traçar planos de acção e levá-los a cabo são funções do auto-conceito (Baumeister, Bratslasky, Muraven e Tice, 1999) podendo ser contextualizados no campo da sexualidade. A auto-regulação sexual é assim uma função importante intra e interpessoal que influencia a avaliação e valorização do próprio no campo da sexualidade. Neste contexto, o estudo de Breakwell e Millward (1997) examina a relação entre o auto-conceito sexual e a actividade sexual em adolescentes, argumentando que o auto-conceito sexual é um factor que influencia quer a importância de ver-se como sexualmente atractivo, quer a exibição de riscos sexuais, existindo diferenças de acordo com o género. Verificou-se neste estudo que a responsabilidade contraceptiva era irrelevante para os rapazes e central para as raparigas. Assim, a auto-regulação sexual para a contraceção é uma faceta não integrada no auto-conceito sexual masculino, o que vai ao encontro do entendimento social dominante desresponsabilizando o papel masculino nesta área. Por outro lado, no mesmo estudo, observou-se que a iniciativa (e.g., comportamentos de sedução) e o interesse sexual (e.g. entusiasmo para experimentação) eram uma parte integrante do auto-conceito sexual das raparigas, tendo-se descoberto capacidades de discurso sobre desejo sexualizado. No entanto, as raparigas diferiam muito no nível de percepção da sua assertividade sexual, facto que pode comprometer a segurança de comportamentos sexuais. Um outro estudo remete-nos para a função executiva do auto-conceito sexual. Decidir ter relacionamentos sexuais, comporta determinados custos e benefícios percebidos, tendo Small, Silverberg e Kerns (1993) estudado esta problemática em adolescentes e verificado que existiam diferenças relevantes quanto ao género. As raparigas identificavam mais custos do que benefícios quanto ao início de relacionamentos sexuais, o que vai ao encontro do duplo padrão sexual que penaliza mais fortemente as mulheres do que os homens. Estas assunções sublinhando as barreiras sociais que indicam uma maior aceitação para a actividade sexual dos rapazes, conduzem a maior auto-regulação sexual em comportamentos de coito nas raparigas (Menezes, 1990), facto que porventura lhes reduz as possibilidades de ver-se como sexualmente activas.

MODELOS DE AUTO-CONCEITO SEXUAL

Modelo Unitário de Auto-conceito Sexual

Um modelo unitário foi desenvolvido por Winter (1988), partindo da ideia de que todas as pessoas possuem auto-conceito sexual, uma vez que todas vivenciam a sexualidade, diferindo os indivíduos entre si, na medida em que a avaliação que fazem tende a ser mais ou menos positiva ou negativa. Considera a autora que um dos factores influenciadores do uso de contracepção é a avaliação da sexualidade pelo próprio, sobrepondo-se aos sentimentos sobre a sexualidade em termos gerais. Nesta perspectiva o auto-conceito sexual possui quatro características: 1) estará correlacionado com as medidas das práticas contraceptivas, 2) desenvolve-se e o seu desenvolvimento acompanha a utilização de contracepção, 3) dado que as práticas contraceptivas variam dentro e entre os grupos etários o auto-conceito o sexual também varia nestes grupos e 4) estará correlacionado com medidas como a culpa sexual e a erotofobia. Levando à prática este modelo unitário a autora construiu uma escala que reflecte quatro áreas do auto-conceito sexual: 1) sentimentos relativamente a relações sexuais, 2) sentimentos sobre a obtenção e uso de contracepção, 3) discussões relacionadas com sexo e contracepção e 4) auto-avaliação sobre o desenvolvimento sexual do próprio. O modelo de Winter, partindo de uma concepção total da pessoa como ser sexualizado, aplica-se a pessoas sexualmente activas, sublinha a congruência entre a avaliação do próprio sobre os seus pensamentos, sentimentos e acções sexuais e as práticas contraceptivas.

Modelo Multidimensional de Auto-conceito Sexual

No sentido de facilitar o estudo dos múltiplos aspectos e componentes do auto-conceito sexual, um modelo multidimensional foi desenvolvido por Snell (2001). O modelo parte de pesquisas anteriores sobre a sexualidade humana e reflecte vinte aspectos do auto-conceito sexual. Pressupõe Snell (2001) que o auto-conceito sexual possui características de índole cognitiva (e.g., auto-esquema sexual), aspectos afectivos (e.g., depressão sexual) e componentes motivacionais (e.g., motivação sexual). Através deste modelo multidimensional obtém-se a perspectiva das pessoas quanto ao seu auto-conceito sexual em dimensões que correspondem a vinte sub-escalas de auto-apreciação. Nestas sub-escalas são apreciados aspectos da sexualidade humana como por exemplo a auto-consciência sexual, a auto-estima sexual, o auto-esquema sexual entre outras, que vão ao encontro da literatura que aborda as fontes e funções do auto-conceito sexual (Snell, 2001). O autor, definindo cada um dos vinte aspectos do auto-conceito sexual, constrói cinco afirmações para cada um destes aspectos. Por exemplo ao explorar a dimensão “ansiedade sexual”, que define como a tendência para sentir tensão, desconforto e ansiedade sobre os aspectos sexuais da vida da pessoa, faz-lhe corresponder os itens 1, 21, 41, 61 e 81, constituindo assim a primeira das vinte sub-escalas. Ao aplicar o modelo multidimensional do auto-conceito sexual em população universitária, o autor encontrou relações entre as sub-escalas e os comportamentos contraceptivos. Uma outra particularidade revelada na população estudada foi a maior ou menor valorização de alguns aspectos de acordo com o sexo. Por exemplo, os indivíduos do sexo masculino reconheciam-se com níveis mais elevados no controlo sexual por sorte, preocupação

sexual e motivação sexual, enquanto que as raparigas se auto-definiam em níveis mais elevados de motivação para evitar riscos sexuais e medo sexual. Abordando várias facetas da auto-definição da pessoa como ser sexual, o modelo multidimensional revela-se dinâmico, não hermético (uma vez que as várias dimensões ao mesmo tempo que permitem justaposições também permitem a verificação de clivagens no auto-conceito sexual) orientando-se para a sexualidade nos vários contextos da vivência da pessoa.

Considerações Finais

Procurou-se ao longo deste artigo abordar o auto-conceito, identificando-se as fontes de construção, funções e modelos teóricos, sendo pacífico entre os autores que o seu desenvolvimento é um fenómeno social de trocas entre as pessoas e o envolvente. Com base na mesma estrutura organizadora abordou-se o auto-conceito sexual. No entanto, e porque a sexualidade é uma dimensão humana algo complexa, deve ter-se em conta que esta aproximação é problematizada por alguns autores. Garcia e Carrigan (1998) afirmam que apesar de se esperar que o desenvolvimento da pessoa na sua perspectiva de ser sexualizado siga um caminho semelhante àquele que é percorrido noutras dimensões humanas, coloca-se alguma expectativa, na medida em que: a) algumas teorias que explicam a construção do auto-conceito contextualizam-no em interações públicas, facto que não condiz com alguns aspectos privados da sexualidade, b) as experiências sexuais são por vezes acompanhadas de ansiedades e emoções que dificultam o desenvolvimento da noção dos selves sexualmente conotadas (Garcia, 1999). No entanto Andersen, Woods e Cyranowski (1994) ao trabalharem o auto-conceito sexual da mulher com cancro ginecológico seguiram a perspectiva de múltiplos selves, através da figura de auto-esquemas sexuais, e encontraram-lhe utilidade para predizer os riscos dos efeitos colaterais dos tratamentos oncológicos. A dimensionalidade dos modelos de auto-conceito sexual reflectem por outro lado um certo evoluir do entendimento sexual sobre a pessoa. O modelo unidimensional de Winter (1988), mais antigo, toma o auto-conceito sexual como um todo que se enquadra em valorização positiva ou negativa, enquanto que o modelo multidimensional de Snell (2001), mais recente, engloba várias dimensões em que a sexualidade pode ser vista pela própria pessoa.

Tendo por base a literatura revista propõe-se que no contexto da sexualidade humana o auto-conceito sexual, nas suas várias dimensões seja influenciado por variáveis tais como a idade e o género, e por outro lado influencie atitudes e comportamentos sexuais, nomeadamente os que se prendem com a predisposição para a aquisição e utilização de contracepção em população adolescente. Desta forma, discriminar as diferentes dimensões do auto-conceito sexual, relacionando-as com atitudes e comportamentos parece ser uma matéria que oferece contributos para o conhecimento da sexualidade dos adolescentes.

RÉSUMÉ

Auto-concept sexuel

En choisissant comme thème l'auto-concept et plus spécifiquement l'auto-concept sexuel, on essaie l'approfondissement théorique de ce sujet. On développe la définition d'auto-concept et d'auto-concept sexuel, leurs perspectives historiques, nature, structure et origins, qui permettent leur construction. Quelques modèles théoriques d'auto-concept et d'auto-concept sexuel sont présentés, en distinguant entre les modèles unidimensionnels et les modèles multidimensionnels. On analyse la récente conception d'auto-concept sexuel, en soulignant son importance et spécificité.

MOTS-CLÉ: Auto-concept; Auto-concept sexuel; Adolescence

ABSTRACT

Sexual self-concept

Having as subject the self-concept, and more specifically the sexual self-concept, a theoretical deepening of the subject was searched. The definition of the self-concept and sexual self-concept was developed: its historical perspectives, nature, structure, and sources, which claim its construction. Some theoretical frameworks of self-concept and sexual self-concept were present, distinguishing between one-dimensional and multidimensional frameworks. The current construct of sexual self-concept was analysed and its importance and specificity were underlined.

KEYWORDS: Self-concept; Sexual self-concept; Adolescence.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J.M. (1995). Feminino e masculino. *Análise Psicológica*, 1-2, 17-21.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Andersen, B. L., Woods, X., & Cyranowski, J. (1994). Sexual self-schema as a possible prediction of sexual problems following cancer treatment. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 3, 165-170.
- Bancroft, J. (1989). *Human sexuality and its problems* (2th ed.). New York: Melbourne.
- Baron, R. & Graziano, W. (1991). *Social psychology*. Fort Worth: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- Baumeister, R. (1999). *The self in social psychology*. Philadelphia: Psychology Press.
- Baumeister, R., Bratslavsky, E., Muraven, M. & Tice, D. M. (1999). Ego depletion: Is the active self a limited resource? In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 317-336). Philadelphia: Psychology Press.
- Bem, D. J. (2002, Abril). *Errors and biases in our perception of self and others*. Comunicação apresentada no 4º Simposium da Fundação Bial, Porto.
- Breakwell, G. M. & Millward, L. J. (1997). Sexual self-concept and sexual risk-taking. *Journal of Adolescence*, 20, 29-41.
- Byrne, D. & Kelley, K. (1981). *An introduction to personality*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Campbell, J. (1999). Self-esteem and clarity of the self-concept. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 223-238). Philadelphia: Psychology Press.
- Cowley, C & Farley, T. (2001). Adolescent girls' attitudes toward pregnancy. The impact of asking what the boyfriend wants. *The Journal of Family Practice*, 50, 603-607.
- Devine, P., Hamilton, D. & Ostrom, T. (1994). *Social cognition: Impact on social psychology*. San Diego: Academic Press.

- Fisher, W., Byrne, D., White, L. & Kelley, K. (1988). Erotophobia-erotophilia as a dimension of personality. *The Journal of Sex Research*, 25(1), 123-151.
- Garcia, L. T. (1999). The certainty of the sexual self-concept. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 8(4), 263-270.
- Gecas, V. (1982). The self-concept. *Annual Review of Sociology*, 8, 1-33.
- Giddens, A. (1996). *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2ª ed.). (R. M. Perez, Trad.) Oeiras: Celta. (Obra original publicada em 1992).
- Herold, E. S. (1981). Contraceptive embarrassment and contraceptive behavior among young single women. *Journal of Youth and Adolescence*, 10, 233-242.
- Higgins, T. (1999). Self-discrepancy: A theory relating self and affect. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 150-175). Philadelphia: Psychology Press.
- Hogg, M & Vaughan, G. (2002). *Social Psychology* (3rd ed.) Harlow: Prentice Hall.
- Janda, L. H. & O'Grady, K. E. (1980). Development of a sex anxiety inventory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 48, 169-175.
- Leary, M. R., Tchividjian, L. R. & Kraxberger, B. (1999). Self-presentation can be hazardous to your health: Impression management and health risk. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 182-192). Philadelphia: Psychology Press.
- Linville P. & Carlston, D. (1994) Social cognition of the self. In P.Devine, D. Hamilton & T. Ostrom (Coords.), *Social cognition on social psychology* (pp.143-173) San Diego: Academic Press.
- Longmore, M. (1998). Symbolic interactionism and the study of sexuality. *The Journal of Sex Research*, 35, 1 44-57.
- Lopez, F. & Fuertes, A . (1999). *Para compreender a sexualidade*. (A . M. Marques & L. Silva, Trad.) Lisboa: Associação para o Planeamento da Família. (Obra original publicada em 1989)
- Markus, H. (1999). Self-schema and processing information about the self. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 123-138). Philadelphia: Psychology Press.
- Marsh, H. & Hattie, J. (1995). Theoretical perspectives on the structure of self-concept. In B. Bracken (Coords.) *Handbook of self-concept: Developmental, social, and clinical considerations* (pp. 38-85). New York: Jonh Wiley & Sons.
- Mead, G.H. (1934). *Mind,self and society: from the standpoint of a social behaviorist* (C. W. Morris, ed). Chicago: University of Chicago Press.
- Menezes, I. (1990). O desenvolvimento psicosssexual. In B. Paiva Campos (Coord.). *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens* (pp. 140-185). Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (1998). *Psicologia social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Perloff, L. S. & Fetzer, B.K. (1986). Self-other judgments and perceived vulnerability to victimization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 502-510.
- Shavelson, R. & Bolus, R. (1982). Self-concept: The interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74, 3-17.
- Shrauger, J. S. & Schoeneman, T. J. (1999). Symbolic interactionist view of self-concept: Through the looking glass darkly. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 24-41). Philadelphia: Psychology Press.
- Small, S. A ., Silverberg, S. B. & Kerns, D. (1993). Adolescent's perceptions of costs and benefits of engaging in health-compromising behaviors. *Journal of Youth and Adolescence*, 22, 73-87.
- Smith, E. R. & Mackie, D. M. (2000). *Social Psychology* Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Snell, W. (2001). Measuring multiple aspects of the sexual self-concept: The multidimensional sexual self-concept questionnaire. Retirado em 2 de Dezembro de 2001 da World Wide Web: <http://cstl-cla.semo.edu/snell/books/sexuality/chap17.htm>.
- Taylor, S. & Brown, J. (1988). Ilusion and well-being: a social psychological perspective an mental health. *Psychological Bulletin*, 103, 193-210.
- Tice, D. M. (1999). Self-concept change and self-presentation: the looking glass self is also a magnifying glass. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology* (pp. 195-215). Philadelphia: Psychology Press.

- Vaz, J.M. (1996). *Educação sexual na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Vaz Serra, A . (1986). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7(2), 57-66.
- Veiga, F. (1996). *Transgressão e auto-conceito dos jovens na escola*. Lisboa: Fim de Século.
- Weinstein, N. D. (1980). Unrealistic optimism about future life events. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 806-820.
- Whitley, B. E., Jr. (1998). False consensus on sexual behavior among college women: Comparison of four theoretical explanations. *The Journal of Sex Research*, 35(2), 206-214.
- Winter, L. (1988). The role of sexual self-concept in the use of contraceptives. *Family Planning Perspectives*, 20(3), 123-127.
- Zapian, J. G. (1993). *Riesgo de embarazo no deseado en la adolescencia y juventud*. Vitoria-Gasteiz: Emakunde/Emakumearen Euskal Erakundea. Instituto Vasco de la Mujer.